

Carlos Chagas na “guerra dos rios”: a passagem da comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelo rio Iaco (Alto Purus, território federal do Acre, 1913)

Carlos Chagas in the “war of the rivers”: the passage of the Instituto Oswaldo Cruz commission up the Yaco river (Alto Purus, federal territory of Acre, 1913)

André Vasques Vital

Pós-doutorando, Programa de Pós-graduação em Sociedade, Tecnologia e Meio Ambiente/Centro Universitário de Anápolis.

Anápolis – GO – Brasil

vasques_hist@yahoo.com.br

Recebido para publicação em 30.10.2016.

Aprovado para publicação em 16.02.2017.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702018000100004>

VITAL, André Vasques. Carlos Chagas na “guerra dos rios”: a passagem da comissão do Instituto Oswaldo Cruz pelo rio Iaco (Alto Purus, território federal do Acre, 1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.25, n.1, jan.-mar. 2018, p.51-68.

Resumo

O artigo analisa a construção do *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas*, a partir das implicações macro e micropolíticas da passagem da expedição do Instituto Oswaldo Cruz pelos departamentos do território federal do Acre. Trata principalmente de seguir as relações de Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso com juizes, médicos e seringalistas dos rios Iaco e Caeté na cidade de Sena Madureira, capital do Alto Purus, em janeiro de 1913. Aponta que esse relatório científico foi também produto do encontro dos cientistas-médicos com as elites seringalistas e da consequente imersão deles nos conflitos que animavam a política local e regional.

Palavras-chave: Amazônia; Acre; viagens científicas; relatórios médicos; política.

Abstract

The writing of the Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas (Report on the medical and sanitary conditions in the Amazon Valley) is analyzed from the perspective of the macro- and micropolitical implications of the Instituto Oswaldo Cruz's expedition to the departments in the federal territory of Acre. The analysis focuses on the interactions between Carlos Chagas, Pacheco Leão, and João Pedroso and judges, doctors, and rubber barons from the Yaco and Caeté rivers at the town of Sena Madureira, capital of Alto Purus, in January 1913. The scientific report was also influenced by the contact the commission members had with the major players in the rubber industry and their resulting immersion in local and regional political conflicts.

Keywords: Amazon; Acre; scientific voyages; medical reports; politics.



O ano de 1912 foi marcado pelo início da crise da borracha. Consequência direta do contrabando de sementes de *Hevea brasiliensis* realizado, com sucesso, em 1876, sob a liderança do botânico Henry Wickham e com patrocínio da Grã-Bretanha. As pequenas experiências de plantação da *Hevea* no Ceilão e Malásia deram bons resultados, a ponto de, em 1910, segundo Warren Dean (1989, p.64), já existirem quatrocentos mil hectares de plantações no sudeste asiático. A exportação da borracha silvestre produzida em seringais amazônicos atingiria, em 1912, a histórica marca de 42.286 toneladas, quantidade que superava em muito as exportações do ano anterior que ficaram em 36.547 (Benchimol, 1977, p.252). Contudo, em 1913, o Sudeste Asiático exportava 54.356 toneladas de borracha contra 36.232 do Brasil, diferença que seria ampliada em 1914, quando as exportações brasileiras cairiam para 33.531 toneladas e as da Ásia atingiriam 75.692 toneladas (Martinello, 2004, p.139).

Frente à ameaça representada pela produção asiática, políticos e seringalistas pressionaram a União, e especialmente o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, no sentido de aprovar resoluções que viessem a incentivar a produção da borracha amazônica. Do rio Iaco ergueu-se o coronel Avelino de Medeiros Chaves como uma das vozes no território federal do Acre a pressionar o governo federal a auxiliar a indústria gomífera. Chaves conseguiu do então ministro da Agricultura, Pedro de Toledo, a iniciativa de convocar reunião com políticos, governadores e autoridades dos estados do Norte para formular um plano de defesa econômico (Informações, 20 jun. 1911). Em 14 de agosto de 1911 foram debatidas as premissas do Plano de Defesa da Borracha e, em 5 de janeiro de 1912, o Congresso Nacional aprovaria a criação da Superintendência de Defesa da Borracha e o Plano de Defesa da Borracha. O plano previa, entre outros pontos, incentivos econômicos para a plantação da *Hevea brasiliensis*, serviços de assistência médica aos migrantes que se dirigiam ao trabalho nos seringais, além da criação de uma estrada de ferro ligando as capitais dos departamentos do Acre (Brasil, 1912, p.153-167).

O Plano de Defesa da Borracha não foi efetivamente concretizado. A organização de uma comissão sanitária que estudaria as condições de saúde das populações nos principais rios da bacia amazônica, de modo a propor medidas para o saneamento da região, foi uma das poucas medidas previstas adotadas. Para o governo federal, as endemias que assolavam as populações na Amazônia, em especial a malária, eram o principal obstáculo para um desenvolvimento da economia da borracha capaz de fazer frente à concorrência asiática. Por essa razão, o Instituto Oswaldo Cruz foi designado para coordenar a comissão que foi composta pelos médicos Carlos Chagas (cientista do Instituto Oswaldo Cruz), João Pedroso (então secretário-geral de Saúde Pública do Rio de Janeiro) e Pacheco Leão (professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro). Eles percorreram, entre outubro de 1912 e abril de 1913, os rios Solimões, Tarauacá, Purus, Iaco, Negro e Branco. Oswaldo Cruz fez uma espécie de trabalho de retaguarda, organizando os dados coletados pela comissão, corrigindo e reescrevendo a versão final do *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas* (Brasil, 1913), entregue por Chagas. A versão final do relatório possui a assinatura de Oswaldo Cruz (Schweickardt, Lima, 2007; Schweickardt, 2011, p.209).

Alguns historiadores têm analisado a expedição de Carlos Chagas aos rios da bacia amazônica entre 1912 e 1913, a partir do relatório entregue por Oswaldo Cruz ao então

ministro da Agricultura, Pedro de Toledo. Nancy Stepan (2003), por exemplo, privilegia em sua análise as condições de insalubridade encontradas pela comissão no chamado vale do Amazonas, associadas especialmente à malária, além dos projetos sanitários formulados para o controle da enfermidade. Já Eduardo Thielen et al. (1991, p.116-124) analisam as condições sociais e sanitárias relatadas pela comissão, suas representações frente ao contato com a realidade social no interior do Amazonas e território do Acre e o caráter “civilizatório” com que os médicos classificavam a expedição.

Seguindo por viés similar e aprofundando a análise sobre o processo de escrita do relatório entregue pela comissão, Júlio Cesar Schweickardt e Nísia Trindade Lima analisam as representações e imagens construídas pela comissão sobre a região da bacia amazônica. A análise parte do processo de escrita do relatório, confrontando os cadernos de viagem manuscritos de Carlos Chagas, uma versão manuscrita do relatório assinada por todos os membros da comissão, uma primeira versão datilografada e a versão final revisada por Oswaldo Cruz. Os autores destacam o cotidiano da comissão, a pesquisa sobre as doenças, o atendimento às populações ribeirinhas, os problemas relativos ao regime de trabalho nos seringais e, principalmente, o próprio processo de escrita dos relatórios (Schweickardt, Lima, 2007; Schweickardt, 2011, p.209).

O historiador Sérgio Roberto Gomes de Souza (2014, p.112-132), por sua vez, chama atenção para o fato de a comissão ter entrado em contato apenas com uma pequena parcela das populações locais, ou seja, aquela que vivia nos povoados ou trabalhava nos barracões, e não nas colocações, que ficavam a várias horas e dias de distância da margem do rio, floresta adentro. O autor também destaca o papel das informações prestadas por seringalistas na conformação do relatório apresentado por Oswaldo Cruz, questionando o tempo disponível dos cientistas durante as paradas realizadas nos seringais e povoados, para pesquisas sobre as doenças na região. É relevante destacar que Souza chega a essa conclusão utilizando-se apenas da versão publicada do relatório, sem recorrer às versões manuscritas e datilografadas.

Estão distantes do horizonte desses estudos as circunstâncias macropolíticas específicas e candentes no território federal do Acre no momento em que a expedição se dirigia para a região. Esses trabalhos também não problematizam a elaboração do relatório do ponto de vista das concretas relações micropolíticas mantidas entre os membros da comissão e as autoridades que receberam a expedição nas vilas e cidades percorridas. Se boa parte do relatório foi escrita com base nas informações prestadas por seringalistas e autoridades locais, conforme apontado por Sérgio Gomes de Souza, sem dúvida os objetivos políticos das oligarquias hegemônicas, principalmente nos departamentos do território do Acre, tiveram algum impacto na escrita do relatório. Aqui cabe analisar a passagem da comissão pelo rio Iaco, mais precisamente por Sena Madureira, onde Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso permaneceram de 18 a 20 de janeiro de 1913. Deixaremos de lado o caráter científico da comissão, já tão analisado em trabalhos anteriores. Também não será abordado o caráter “civilizatório” ou de identidade das expedições, menos ainda a bacia hidrográfica amazônica representada no relatório. Aqui serão analisadas as relações entre Carlos Chagas e as oligarquias fluviais, mapeando o seu impacto no processo de escrita do relatório e no seu resultado final.

A partir das notícias publicadas no jornal *O Alto Purus*, das anotações de Carlos Chagas, das diferentes versões do relatório e de uma carta enviada a Carlos Chagas por um juiz de Sena Madureira, refugiado em Boca do Caeté, será analisado o envolvimento da comissão nos assuntos políticos locais. A revisão feita por Oswaldo Cruz na versão manuscrita do relatório impediu que a parte destinada a Sena Madureira, nas margens do rio Iaco, se transformasse em uma consistente exaltação dos representantes das elites iacoaras que receberam a expedição, especialmente do então prefeito Bernardo Porto e do médico Astolpho Margarido da Silva. Chama-se atenção também para o fato de a comissão ter passado pelo povoado de Boca do Caeté para chegar a Sena Madureira, mas tanto os manuscritos quanto as demais versões do relatório guardam silêncio sobre a existência do povoado que congregava os inimigos políticos dos seringalistas do rio Iaco.

A oligarquia do rio Iaco e a “guerra dos rios” no Alto Purus

A área banhada pela parte alta das bacias hidrográficas dos rios Purus e Juruá foi anexada ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis, assinado com a Bolívia em 1903. O litígio entre os dois países se consolidou a partir de 1894, quando o governo boliviano tomou conhecimento de que essa área já era largamente povoada por migrantes brasileiros vindos dos estados do Nordeste do Brasil. Inspirando-se no exemplo dos EUA, após a anexação, o governo brasileiro elevou o Acre a categoria de “território federal” pelo decreto n.5.188, de 7 de março de 1904. Com essa lei, a área passou a ser administrada por prefeitos nomeados pelo Poder Executivo federal e supervisionados pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O território federal do Acre foi dividido em três unidades políticas independentes umas das outras: departamento do Alto Acre, departamento do Alto Purus e departamento do Alto Juruá (o Juruá seria desmembrado em 1912, dando origem ao departamento do Tarauacá). Com essa organização política, os habitantes do território não tinham direito a voto para presidente e vice-presidente, não poderiam escolher os prefeitos nem ter representação política na Câmara e no Senado Federal. Os impostos cobrados sobre a borracha exportada eram geridos exclusivamente pelo governo federal (Tocantins, 1979, p.311-316; Costa, 2005, p.91-92; Vital, 2016, p.232-233).

A nova organização política promoveu contradições no nível regional. A primeira refere-se à territorialidade dos seringais. Os rios eram as únicas estradas que ligavam a região ao mercado internacional, via as cidades de Manaus e Belém, e foi por eles que os migrantes brasileiros adentraram a região e formaram os seringais em suas margens. Os rios corriam em paralelo no sentido nordeste, havendo pouca ou nenhuma necessidade de comunicação entre seringalistas de diferentes cursos fluviais. Assim, cada corpo de água era um território onde o poder era partilhado pelos seringalistas que dominavam o seu curso. A organização político-administrativa dada pelo governo federal, ao contrário, estava disposta em sentido perpendicular leste-oeste (Tocantins, 1961, p.125). Na prática, essa organização consolidou o isolamento dos departamentos e favoreceu o agrupamento político de seringalistas pertencentes a um mesmo curso fluvial. O aglutinamento de seringalistas de diferentes rios em uma unidade política favoreceu a emergência de tensões e disputas pelo poder nas nascentes cidades. Essa condição foi mais evidente no departamento do Alto Purus,

onde os seringalistas dos rios Iaco e Caeté entraram em violenta disputa pelo controle da prefeitura a partir de 1909 (Loureiro, 2004, p.40-41).

Os principais seringalistas do rio Iaco eram os coronéis Childerico José Fernandes e Avelino de Medeiros Chaves. Childerico Fernandes vinha da cidade de Pau dos Ferros, no interior do Rio Grande do Norte. Órfão de mãe, Childerico decidiu, aos 15 anos, ir para Belém e tentar a vida nos altos rios da bacia amazônica. Após conseguir patrocínio no Pará, Fernandes seguiu para a bacia do rio Purus, onde fundou os seringais Oriente e Natal, no médio Iaco, por volta de 1899 (Cascardo, 24 ago. 1939). Avelino Chaves era de Sítio do Meio, no interior de Sergipe. Fez uma pequena carreira militar no Rio de Janeiro, mas pediu reforma e fez um curso de agrimensura na Escola Politécnica do Pará. Em 1896, com auxílio do capital inglês da companhia de navegação The Amazon River Steam Navigation, penetrou o alto Iaco na mesma época que João Câncio Fernandes, meio irmão de Childerico (Chaves, 1 jul. 1911). Ambos entraram em acordo e fundaram a empresa A. Chaves & Cia., detentora dos seringais Guanabara, Arvoredo e Peri, os últimos do alto Iaco. Ambos os seringalistas investiram na aquisição de navios e formaram uma frota fluvial para a exportação de borracha dos seus seringais e dos seringais vizinhos, consolidando o poder econômico no Iaco.

Por outro lado, grande parte do rio Caeté era dominado pelas empresas J. Gadelha & Irmãos e Gadelha & Bastos, dos irmãos Antônio, José e Tristão da Costa Gadelha. As duas firmas tinham diversas propriedades na confluência dos rios Caeté e Iaco, destacando-se os seringais Granja, Campinas, Canamari e Curitiba. A J. Gadelha & Irmãos era mais do que uma grande empresa seringalista. Do mesmo modo que seus colegas Avelino Chaves e Childerico Fernandes, no Iaco, os Gadelha possuíam também a sua frota de transportes de mercadorias e borracha. Esses proprietários eram, assim, seringalistas e intermediários da cadeia de aviamentos dos rios Caeté e Purus. Em 1909, os Gadelha buscavam aumentar sua influência política em Sena Madureira, capital do departamento do Alto Purus, durante a administração do prefeito Cândido José Mariano (1905-1910).

Para além das disputas por poder, a ansiedade pela transformação do Acre em estado da federação intensificou as tensões entre os senhores dos rios Iaco e Caeté, potencializando as divergências de opinião quanto à maneira pela qual deveria ser alcançada a autonomia. Havia também discordâncias sobre a cidade-sede do futuro estado. Tantas divergências levaram à consolidação e guerra entre essas diferentes oligarquias fluviais, arrebatando os grupos profissionais e sociais que atuavam na capital do Purus. Estavam em jogo a hegemonia política e o monopólio da relação com o Estado.

As primeiras investidas de transformar o Acre em estado autônomo, no departamento do Alto Purus, partiram de um grupo de advogados e juizes, reunidos em torno de Laudelino Benigno e José Martins de Freitas. Benigno e Freitas atuavam como advogados em Sena Madureira e no povoado de Boca do Caeté, localizado aproximadamente uma hora abaixo de Sena Madureira, na confluência do rio Iaco com o Caeté. Esse grupo criou um periódico que começou a ser publicado em 11 de março de 1909, o *Estado do Acre*, por meio do qual se diziam “emancipacionistas” contrários à discriminação econômica e política sofrida pelo território do Acre por parte das autoridades na capital federal. A maior reclamação do grupo era que o governo federal arrecadava muito em impostos sobre a borracha no Acre, mas pouco investia na região, tratando-a como uma colônia do Brasil (Acreanos!, 11 mar.

1909). Esse grupo era apoiado pelos irmãos Gadelha, que fizeram do povoado de Boca do Caeté o polo irradiador dos ideais autonomistas (Loureiro, 2004).

Em reação à formação do movimento emancipacionista, os seringalistas do rio Iaco criaram o Partido Progressista, em 30 de novembro de 1910. Esse partido congregava seringalistas, comerciantes, advogados e outros que defendiam a conquista progressiva da autonomia estadual do território do Acre, por vias legais e sem o uso da força. O jornal *Brazil Acreano* já existia desde abril de 1910, sendo dirigido pelo advogado Antônio Pinto de Areal Souto, um dos líderes do partido. De novembro de 1910 em diante, o *Brazil Acreano* tornou-se oficialmente o porta-voz do Partido Progressista, e o então prefeito Samuel Barreira foi nomeado presidente da agremiação.

Em um primeiro momento, os seringalistas dos rios Iaco e Caeté evitaram se colocar na linha de frente dos partidos, nomeando, para tal, representantes que moravam em Sena Madureira. A postura inicial, de ambos os lados, foi observar os seus representantes se digladiarem pelas páginas dos jornais. Mas a escalada de tensões levou a situação a níveis mais graves, e os seringalistas passaram para a linha de frente do confronto, culminando com ameaças de morte e confrontos armados.

A disputa entre as capitais e Sena Madureira como “capital salubre”

A cidade de Sena Madureira foi fundada em meio às tensões entre o Brasil e o Peru no dia 24 de setembro de 1904. O general José Siqueira de Menezes, veterano da guerra de Canudos, foi designado, meses antes, comandante em chefe das tropas brasileiras contra as forças peruanas e prefeito do departamento do Alto Purus, com a missão de fundar a capital do departamento. Seguiu com trezentos homens, mas ainda em viagem pelo rio Purus foi destituído do cargo de comandante, já que fora assinada entre Brasil e Peru a convenção de arbitramento que afastava a possibilidade de guerra entre os países. Siqueira de Menezes seguiu viagem e estacionou com suas tropas no povoado de Boca do Caeté, ainda dentro dos limites do estado do Amazonas. Dias depois, retomou viagem, já na companhia de vários indivíduos, seringalistas, advogados, juizes e outros, que viviam no Caeté e no baixo Iaco, para fundar a capital do departamento. Aportou na margem esquerda do rio Iaco, em terras do seringal Santa Fé, pouco acima dos limites com o estado do Amazonas. Deu ao lugar o nome de Sena Madureira (Loureiro, 1981, p.67-70; Ranzi, 2008, p.251).

O Acre como “território federal” e dividido em departamentos era uma condição vista regionalmente como provisória. Concomitante à emergência dos movimentos autonomistas, uma questão foi lançada: qual cidade deveria ser a capital do futuro estado unificado? A eleição de uma cidade como capital do território ou estado do Acre implicaria a hegemonia das oligarquias fluviais do respectivo departamento sobre as demais, assim como o monopólio da interlocução com o governo federal. A fundação das cidades de Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá, e Volta da Empresa (Rio Branco), no Alto Acre, consolidou essa disputa que era visível tanto nos jornais publicados pelas prefeituras quanto nos relatórios dos prefeitos.

De acordo com Laurent Vidal (2001), a imagem de concentração e estabilidade do poder é parte fundamental dos diferentes projetos de capitais sonhadas. Assim como também é

importante, para o *marketing* da futura capital, emanar as aspirações sociais do seu tempo e congregar eventos simbólicos de um novo tempo: ser o lugar de fundação do primeiro hospital, da primeira instituição de ensino secundário, da primeira linha de bondes etc. Os seringalistas do rio Iaco escolheram a saúde pública como a ponta de lança da imagem que poderia alavancar o projeto de transformação de Sena Madureira como capital do Acre. Por essa razão, a prioridade do prefeito Cândido José Mariano (1906-1910), sucessor de Siqueira de Menezes, foi organizar as diretorias de Higiene e de Obras Públicas do Alto Purus para a promoção de políticas de ordenamento espacial do núcleo urbano de Sena Madureira, visando criar uma imagem de cidade salubre a partir da saúde pública (O Acre..., 1 mar. 1908). Concomitante às ações da prefeitura, os seringalistas do rio Iaco agiram: fundaram com recursos próprios o primeiro hospital do território federal do Acre, o Hospital de Caridade 22 de Maio, em 22 de maio de 1908, dia do aniversário do prefeito Cândido Mariano (Libanio, Libanio, 1909, p.53).

Sena Madureira tinha uma vantagem importante sobre as demais capitais: estava edificada em uma área central do território do Acre. Estava em voga, nesse período, uma filosofia política de centralização territorial das capitais: ou seja, valorizava-se a edificação de capitais em áreas centrais de uma unidade política. Nos EUA, a maioria dos novos territórios federais e estados da federação adicionou em suas constituições o dispositivo de centralidade geográfica de suas capitais (Vidal, 2011). A posição geográfica da cidade (entre Volta da Empresa e Cruzeiro do Sul) e as políticas de saneamento no núcleo urbano fizeram com que Sena Madureira, já em 1908, começasse a receber a sede das principais repartições federais do território do Acre. Foram fundados o tribunal de apelação, a mesa de rendas federais, a sede dos correios, a delegacia do Ministério da Agricultura e outros. Com a fundação dessas sedes, Sena Madureira foi, informalmente, elevada à condição de capital do território federal do Acre, levando os seringalistas iacoaras a chamá-la de “rainha do Acre”, uma provocação às demais capitais.

O prefeito do Alto Juruá, general Thaumaturgo de Azevedo (1905-1907) também divulgou uma imagem para Cruzeiro do Sul, a capital do Juruá. Estando Cruzeiro do Sul duzentos metros acima do nível do mar, Azevedo comentou em um dos seus relatórios que “o paludismo, que tanto flagela a Amazônia, é quase desconhecido no Juruá” (Alto Juruá, 1906, p.84). Costumava elogiar as temperaturas locais como forma de mostrar que o clima era mais ameno do que nas demais localidades da bacia amazônica brasileira. Por outro lado, houve no departamento do Alto Juruá um forte investimento em educação. Foram construídas diversas escolas primárias, e, em 1906, foi idealizado o primeiro museu do território do Acre, o Museu Acreano, que nunca saiu do papel (Alto Juruá, 1906, p.140). Em 1908, também seria fundada a primeira escola secundária do território do Acre, o Liceu Afonso Penna, que, no entanto, teve existência curta. A opção pelo investimento em educação, na tentativa de tornar atrativa a candidatura de Cruzeiro do Sul a futura capital, teve como resultado principal um maior número de crianças matriculadas em escolas (Território do Acre, 1922, p.11).

O ano de 1910 é marcado pela efetiva entrada do departamento do Alto Acre nessa disputa. Com o seringalista Deoclesiano Coelho de Souza (1909-1914) como prefeito, a administração devotou suas forças em sinalizar para a União que Rio Branco, então capital

do Alto Acre, era a cidade mais indicada para capital do futuro estado do Acre. Em seu primeiro relatório ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Souza lançou duras críticas à possibilidade de o governo federal escolher Sena Madureira como capital de um território unificado ou estado do Acre. Nessa crítica, Souza mirava o ponto fraco de Sena Madureira, a navegabilidade do rio Iaco. O prefeito Deoclesiano de Souza reportou um problema já identificado pelo prefeito Cândido Mariano, quando enfatizou em relatório ao Ministério da Justiça que as correspondências raramente chegavam a Sena Madureira no período de vazante do rio Iaco, ficando a prefeitura do Purus “sem notícias do resto do Brasil” (Alto Purus, 1906, p.69). Rio Branco tinha também outra vantagem: ficava no rio Acre, o mais populoso curso fluvial do território.

Ao longo do período em que o território do Acre esteve sob a divisão política departamental (1904-1920), a “guerra dos rios” se materializou tanto na disputa entre as elites seringalistas de um mesmo departamento pelo controle das capitais quanto pela disputa entre as cidades-sedes dos departamentos para se tornar a capital do futuro estado do Acre. Essas disputas atingiam e absorviam os residentes nessas áreas e, principalmente, os agentes do governo federal que para lá se dirigiam. Um exemplo de assédio sofrido por esses agentes e de seu envolvimento, mesmo involuntário, nas lutas políticas no âmbito da “guerra dos rios” pode ser encontrado nos documentos da expedição do Instituto Oswaldo Cruz, que percorreu o vale do Amazonas entre outubro de 1912 e abril de 1913. Os representantes dos seringalistas do rio Iaco, em Sena Madureira, conquistaram a simpatia da comissão dirigida por Carlos Chagas. O resultado foi um relatório, destinado ao governo federal, que reforçava a imagem da capital do Purus como a cidade mais salubre do território do Acre.

Carlos Chagas e a “guerra dos rios” em Sena Madureira

Em 9 de novembro de 1912, o governo federal nomeou o juiz e seringalista iacoara Bernardo Magalhães da Silva Porto como prefeito interino do Alto Purus. A nomeação de Porto veio logo depois da anistia completa aos participantes da revolta autonomista de maio-julho de 1912 e da exoneração do prefeito Tristão Araripe. Era uma tentativa do governo federal de pacificar o departamento.

A nomeação de Tristão de Araripe como prefeito do Alto Purus, em março de 1912, pelo governo Hermes da Fonseca, provocou um desastre político. Araripe se aliou aos irmãos Gadelha e adotou uma postura de confronto com as elites iacoaras. Em maio de 1912, o coronel Childerico José Fernandes liderou o episódio conhecido como “revolta autonomista do Alto Purus”, derrubando, com a ajuda de vários seringalistas, o prefeito e declarando a criação do estado livre do Acre. O episódio terminou com a intervenção do governo federal pelo envio de tropas do Exército, que se aliaram com homens armados vindos do rio Caeté, para combater os rebelados. As forças do rio Iaco perderam a batalha, e vários dos seringalistas, incluindo Childerico Fernandes, foram presos (Telegramas, 9 jun. 1912). Contudo, o Supremo Tribunal Federal concedeu *habeas corpus* em agosto de 1912 a todos os envolvidos direta e indiretamente no movimento armado de maio de 1912 (Atos..., 15 set. 1912). O governo federal, percebendo que a revolta se dera mais por questões de disputa política local do que por ideais de autonomia estadual, decidiu recuar. Em novembro,

Tristão Araripe seria demitido do cargo de prefeito do departamento, sendo colocadas em seu lugar pessoas de confiança ligadas ao coronel Childerico Fernandes, pacificando o departamento (Vital, 2016, p.247).

O primeiro número do jornal oficial da prefeitura do Alto Purus, sob a administração de Bernardo Porto, conclamou a população a viver um novo período de paz no departamento, ressaltando a disponibilidade das elites iacoaras em esquecer as desavenças do passado – uma clara alusão ao grupo emancipacionista que apoiou o prefeito Tristão Araripe (Paz..., 24 nov. 1912). Apesar do discurso pacificador, Laudelino Benigno e outros partidários de Tristão Araripe fugiram de Sena Madureira assim que Araripe deixou o poder.

Nesse momento, a Comissão do Instituto Oswaldo Cruz já estava percorrendo os rios da bacia amazônica. Porto nomeou o farmacêutico Rui de Alencar Matos provisoriamente como diretor de Higiene (Atos..., 24 nov. 1912). Na atmosfera dos preparativos para a chegada da comissão, a Diretoria de Higiene realizou, na última quinzena de novembro, três intimações de asseio (Atos..., 8 dez. 1912). Em 8 de dezembro, Astolpho Margarido da Silva chegaria a Sena Madureira, após ser liberado da prisão, em Manaus, para tomar posse como o novo diretor de Higiene (Vital, 2016, p.137-138). Como forma de preparar o núcleo urbano para receber a comissão, em 16 de janeiro, a diretoria fixou em lugares públicos a ordem para que os proprietários e inquilinos realizassem limpeza no terreno e no quintal de suas residências. A capinação, aterro de buracos existentes e retirada do lixo, em especial, latas e garrafas que pudessem acumular água da chuva, deveriam ser feitos no prazo máximo de 15 dias sob o risco de multa no valor de 200\$000 (Getúlio, 20 jan. 1913).

Em apenas dois dias após a publicação da ordem, a Diretoria de Higiene contabilizou 74 intimações para a limpeza de quintais e terrenos (Atos..., 20 jan. 1913). Esse dado mostra o nível de transtorno que a iminente chegada da comissão deve ter gerado aos habitantes do núcleo urbano. Depois que a ilustre expedição deixou Sena Madureira, a Diretoria de Higiene prorrogou os prazos de capina e limpeza dos terrenos, não havendo notícias de multas aplicadas (Atos..., 2 mar. 1913).

Em 18 de janeiro de 1913, Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso desembarcavam em Sena Madureira. Era a última cidade do território do Acre a ser visitada pela expedição. O jornal *O Alto Purus* publicou que a comissão foi recepcionada pelo prefeito Bernardo Porto, o desembargador Alberto Diniz, o juiz Gustavo Farnese e pelo diretor de Higiene Astolpho Margarido da Silva, que trataram de oferecer-lhes “confortável hospedagem em terra” (Comissão..., 20 jan. 1913).

Chama a atenção a forma como o jornal publica a trajetória profissional de cada um dos membros da comissão. Quatro parágrafos são destinados a descrever a trajetória de Carlos Chagas, exaltando a recente descoberta da doença de Chagas, sua participação na Exposição de Higiene em Dresden, na Alemanha, em 1910, e a recente conquista do prêmio Schaudinn, em Hamburgo. Apenas dois pequenos parágrafos são destinados a Pacheco Leão e João Pedroso (Comissão..., 20 jan. 1913). O modo como a trajetória profissional dos membros da expedição foi publicada mostra que o alvo preferencial das autoridades de Sena Madureira era Carlos Chagas, tanto por chefiar a comissão quanto pelo prestígio que já gozava nos meios científicos nacional e internacional. Provavelmente, a missão de

Astolpho Margarido e das demais autoridades do departamento era tornar Chagas um aliado, mesmo que inconsciente, das pretensões políticas iacoaras.

Carlos Chagas, na época, tinha 34 anos de idade e havia se formado em 1903 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Desde 1902 atuava no Instituto Oswaldo Cruz e em abril de 1909 eram divulgadas, em diferentes *fronts* acadêmicos brasileiros, a sua grande descoberta: a etiologia e vetor do que viria a se chamar tripanossomíase americana, ou doença de Chagas. Sua carreira, a partir de então, entrou em forte ascensão. Em 1910 passou no concurso de “chefe de serviço” no Instituto Oswaldo Cruz e foi admitido na Academia Nacional de Medicina, ampliando seus poderes dentro e fora do instituto. Em 1911, apresentaria suas experiências na Exposição Internacional de Higiene e Demografia, em Dresden, Alemanha, e em junho de 1912 ganharia o prêmio Schaudinn, concedido quadrienalmente pelo Instituto de Doenças Marítimas e Tropicais de Hamburgo aos melhores trabalhos na área de protozoologia.¹ Ou seja, Chagas já percorria, há pelo menos dois anos, as altas esferas do poder nacional e mesmo internacional por conta de sua descoberta. Ter um médico como ele a atestar a salubridade de Sena Madureira e a competência das autoridades, apoiadas pelos seringalistas do rio Iaco, em construir uma cidade saneada e apropriada para se viver na região fortaleceria a imagem de Sena Madureira junto ao governo federal.

Em 19 de janeiro o prefeito Bernardo Porto ofereceu um banquete em homenagem aos membros da comissão. Estiveram presentes grande parte dos membros do governo e outras pessoas importantes da região, entre elas os juízes Alberto Diniz, Virgolino Alencar e Gustavo Farnese. Discursaram à mesa, homenageando a comissão, o prefeito Bernardo Porto, os juízes Alberto Diniz, Gustavo Farnese, Virgolino Alencar, e o diretor de Higiene, Astolpho Margarido da Silva. Os membros da comissão “agradeceram, com elogiosas palavras, a cavalheirosa deferência com que os distinguiu o ofertante do banquete, o Dr. Bernardo Porto” (Comissão..., 2 fev. 1913). No dia seguinte, um domingo, a comissão deixava Sena Madureira rumo a Manaus.

Os desafetos políticos das elites iacoaras estavam cientes do que representava a vinda de Carlos Chagas a Sena Madureira e agiram. Em 19 de janeiro, o juiz Daniel Vieira Carneiro, aliado dos emancipacionistas que apoiaram o ex-prefeito Tristão Araripe, enviou uma carta a Carlos Chagas. Essa carta encontra-se disponível no Fundo Carlos Chagas, no Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz, ou seja, Chagas recebeu a correspondência, provavelmente a leu e guardou consigo. Carneiro atuava no departamento do Alto Purus desde os tempos de governo Cândido José Mariano (1905-1911) e, em 1911, era juiz substituto (Cavalcanti, 18 jul. 1915). Em janeiro de 1913, Daniel Carneiro encontrava-se refugiado em Boca do Caeté e considerava seu “imprescindível dever ... dirigir estas linhas sobre as coisas e os homens desta terra” a Carlos Chagas (Carneiro, 19 dez. 1913).

Daniel Carneiro argumenta no início da carta que enviava a mensagem pelo receio que tinha de que, em pouco tempo, Chagas pudesse ser atraído por “falsos aspectos, não a respeito de dados científicos, mas relativamente ao composto desta cidade em formação”. Interrompe o assunto para lamentar o fato de não poder estar presente e conhecê-lo pessoalmente, classificando Carlos Chagas como um dos “mais festejados talentos da

moderna geração de meu país”. Logo depois ele justifica sua ausência, jurando pelos seus três filhos pequenos que, desde o dia da chegada da Comissão, o seu livre trânsito pela cidade de Sena Madureira estava proibido devido à “pressão de baixos ódios em conflito” (Carneiro, 19 dez. 1913).

Ele denunciou que, no momento em que se dirigia com outras pessoas ao cais, para também cumprimentar os membros da comissão, foi impedido por capangas armados que costumavam circular pela cidade com condescendência da prefeitura e do juiz Alberto Diniz. Argumenta também que isso se deu por ser “desafeto da situação dominante” (Carneiro, 19 dez. 1913). O juiz Gustavo Farnese também é apontado na carta como um membro da oposição, mas que, por conveniência, mantinha-se preso a relações amistosas com Alberto Diniz, e por isso teve permissão de estar no almoço oferecido por Bernardo Porto à comissão.

Carneiro revelou também que os presos da cadeia pública foram soltos na véspera da chegada de Carlos Chagas como ameaça aos juizes não alinhados com a prefeitura, argumentando que essa era uma das provas de que inexistia vida civilizada no Purus. Acrescentava que, ao primeiro embate com o poder local, vinha à tona “a ferocidade dos instintos em sua primitividade inalterada, a bestialidade dos ódios candentes e incansáveis ações pela ambição sôfrega” (Carneiro, 19 dez. 1913). Esse relato culmina com a exposição do caso de um homem chamado Franklin Passos, condenado por Carneiro, contra o qual tinha sido expedido mandato de prisão, mas era visto andando pelas ruas durante o dia e ainda mandava recados, ameaçando o juiz de morte por tê-lo condenado (Carneiro, 19 dez. 1913).

Mais adiante, Daniel Carneiro (19 dez. 1913) esclarece os motivos pelos quais estava escrevendo aquela carta e o que esperava de Carlos Chagas:

Tudo isso devo dizer a V.Exc. para mais perfeitamente orientar suas observações aqui, podendo confrontar as minhas asserções com a verdade que lhes parecer de melhor fonte.

Sei que V.Exc. veio até Sena Madureira aos serviços da ciência médica, em que, como prodígio, se tem alçado acima do nível mais saliente.

Nessa tarefa transcendente, deverá V.Exc. dedicar estudos não só em bem da ordem física, mas, igualmente, da nossa ordem moral aqui, perseguindo no conjunto das próprias circunstâncias mesológicas as profundas modificações que as afetam debaixo da ação direta do homem, ao contrário dos outros meios onde a natureza não se remodela e não se altera sobre [*sic*] as vistas do desbravador.

Aqui a obra do humano é capital. Transformar os fenômenos físicos e preparar as condições de saúde moral, de que por igual aqui necessitamos.

Nessa parte, Daniel Carneiro utiliza-se de certa visão naturalista (do homem como produto do meio), para insinuar que fazia parte do trabalho do ilustre médico analisar o que ele chama de “saúde moral” dos habitantes e autoridades constituídas em Sena Madureira. Em apenas um parágrafo, o argumento de Carneiro mobiliza tanto o perceptível dinamismo material do ambiente amazônico quanto um conjunto muito amplo de ideias de determinação climática e ambiental que, desde o século XVIII, apontava para a degeneração moral e mesmo racial dos humanos em regiões de clima tropical.² Entretanto, nessas circunstâncias, o argumento torna-se frágil por duas razões. Em primeiro lugar, Carlos Chagas, alguns anos mais tarde, faria parte de um movimento composto por médicos e

intelectuais que apontarão as doenças e o abandono do poder público como responsáveis pelas mazelas das populações no interior do país, ou seja, rejeitando por completo as ideias de determinismo climático e ambiental.³ E, em segundo lugar, era explícito, no texto de Carneiro, que o foco não era a saúde física ou moral das populações iacoaras, mas a suposta imoralidade de uma pequena parcela dos habitantes, ou seja, das elites políticas do rio Iaco, que governavam Sena Madureira.

Na parte final da carta, Daniel Carneiro tenta jogar com o caráter observador que ele julga haver em Carlos Chagas para, mais uma vez, tentar convencê-lo das arbitrariedades cometidas pelas elites que estavam no poder em Sena Madureira, naquele momento: “Reparou V. Exc. nos estragos de fuzil que muitas casas ostentam, algumas com as paredes feitas com crivo? Pois tudo isso é obra exclusiva dos dominadores atuais”. E lamenta a decisão da União em tê-los colocado no poder, abandonando-o e também as demais pessoas que lutaram pela legalidade, ao lado das tropas do exército, dizendo que se achava em Boca do Caeté esperando pelo primeiro vapor em direção a Manaus. Carneiro também pede “carona” a Carlos Chagas no vapor que o levaria para Manaus, prometendo dar mais detalhes sobre toda a situação que lhe expôs na carta (Carneiro, 19 dez. 1913).

Apesar do esforço de Daniel Carneiro em sensibilizar Chagas, a carta parece não ter surtido o efeito desejado. Aliás, pode mesmo ter surtido efeito contrário ao pretendido, já que nenhuma referência é feita ao grupo político opositor das elites iacoaras nas anotações e na versão manuscrita do relatório assinado pelos membros da comissão.

A versão manuscrita do relatório de Carlos Chagas possui alguns comentários breves sobre os conflitos políticos em alguns povoados do estado do Amazonas onde os embates eram mais sangrentos. Esses comentários foram cortados da versão final do relatório por Oswaldo Cruz e são os dados mais reveladores para entender as relações, impressões, sentimentos e posicionamentos adotados pela Comissão no contato com o jogo político das diferentes elites fluviais. Foi o caso das observações feitas por Chagas sobre as lutas políticas no povoado de Antimari (Floriano Peixoto), no rio Acre, ainda nos limites do estado do Amazonas:

Nesta vila tem havido grandes lutas políticas entre grupos locais que disputam o predomínio administrativo. E ainda não há muito tempo foi a vila atacada por um seringueiro [seringalista?] da vizinhança acompanhado de numerosos capangas, por uma questão política com o chefe dominante. Houve então verdadeiros tiroteios entre os grupos opostos, deles resultando diversas mortes (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.).

Na parte destinada às capitais do Alto Acre e Alto Purus, a narrativa guarda grande diferença frente aos relatos sobre os povoados do interior do estado do Amazonas. Nesse caso, são fartos os elogios aos políticos locais. A Comissão teceu os seguintes comentários sobre o então prefeito do departamento do Alto Acre:

O atual prefeito do Alto Acre, Dr. Deocleciano Coelho de Souza é um moço bastante culto, de grande atividade, parecendo possuir orientação acertada em assuntos administrativos. Goza de geral estima sobre os seus jurisdicionados, de todos sendo ouvidas referências lisonjeiras às suas normas de governo, à sua honestidade e tolerância (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.).

Ressalte-se que essas observações foram excluídas da versão final do relatório. No caso de Rio Branco, claramente a comissão apoiou o governo local comandado por um seringalista do rio Acre (Vital, 2016, p.113). Na passagem seguinte, também excluída da versão final, o relatório esclarece o papel que o prefeito teve na coleta de informações iniciais para o trabalho da comissão e na recepção de seus membros. Há elogios ao tratamento que a expedição recebeu do prefeito Deocleciano Coelho de Souza, “dando-nos as informações de que necessitávamos relativas à população atual do território, à letalidade, à vida dos seringueiros, à produção e renda do Acre, etc.” (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.).

As partes excluídas do relatório revelam as dificuldades da comissão em manter neutralidade diante das relações travadas no território do Acre, especialmente devido às constantes demonstrações de amabilidade dos poderes e médicos locais. A parte em que os membros da comissão registram os nomes dos médicos que atuavam em Rio Branco é particularmente reveladora. Na versão final do relatório, há a seguinte afirmação: “Exercem a clínica em Rio Branco, com bastante proficiência, três colegas. A força federal também tem o seu médico” (Brasil, 1913, p.21). Já na versão manuscrita, está assim:

Exercem a clínica em Rio Branco, com bastante proficiência três colegas dos quais recebemos cativantes demonstrações de cordialidade. Um deles, o Dr. Leone Menescal foi auxiliar acadêmico no Serviço de Profilaxia da Febre Amarela. Outro, o Dr. Domingues Carneiro, possui algumas noções de microscopia clínica e exerce a medicina com bastante aptidão, sem dúvida possuindo um espírito de observação bem racional. O 3º colega, o Dr. Fabiano Alves, também ilustrado, exerce as funções de Diretor de Higiene no Departamento. A força federal também tem um médico, Dr. Ferreira Braga com quem mantivemos amistoso convívio (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.).

Apesar da empatia em relação a alguns médicos e autoridades no rio Acre e da carta enviada por Daniel Carneiro, Sena Madureira foi o local mais contemplado por informações positivas ao longo de toda a versão manuscrita e final do relatório. A parte destinada ao rio Iaco é bastante sucinta (menos de uma página, dividida em 13 parágrafos), versa somente sobre a capital do departamento do Purus e ignora a existência do povoado de Boca do Caeté, na confluência dos rios Iaco e Caeté. Na versão final do relatório, Sena Madureira é qualificada como uma cidade que “apresenta condições de conforto incomparavelmente superiores às de todas as outras cidades que a Comissão conhece no vale do Amazonas” (Brasil, 1913, p.30). Os membros da comissão, ainda relataram que a capital do Purus apresentava boas condições topográficas para o seu embelezamento e saneamento, tecendo elogios ao delineamento de ruas, praças, sistema de drenagem de águas pluviais, além do interior e fachada das casas que seriam “bastante confortáveis e de aspecto agradável” (Brasil, 1913, p.30).

A Comissão ainda traçou comparações diretas entre aspectos econômicos e sociais entre os rios Iaco, Acre e Purus, áreas, como analisado, em constante tensão política na região:

A vida nessa cidade, ainda muito cara, não é tanto quanto nas cidades do Acre ... O rio Iaco é um dos mais ricos em borracha, quase comparável neste ponto ao rio Acre. O mesmo não acontece à parte do rio Purus, compreendida entre as bocas do Acre e do Iaco. Zona de trabalho em franca decadência, os barracões de seringueiros aí, pelo seu aspecto, bem traduzem a nenhuma prosperidade econômica neste trecho do rio.

Ao contrário, o Iaco é próspero, existindo em suas margens seringais de importância e sendo o rio bastante habitado (Brasil, 1913, p.30).

Ambos os trechos colocam Sena Madureira em condições propícias (porém, não explicitamente ditas) para ser a capital de um estado unificado. Nas partes do relatório destinadas a Rio Branco e Xapuri (os dois núcleos urbanos do departamento do Alto Acre) há poucas menções a possibilidades topográficas de “embelezamento” e “saneamento”. Pelo contrário, parte de Rio Branco é apontada como inundável durante as cheias (bairro Empresa), assim como ocorria em Xapuri. Já sobre o rio Acre a comissão ressalta que “constitui um dos maiores focos mórbidos da Amazônia ... e a fama de campeão da morte, que lhe cabe desde o início de sua exploração, é bem justificável” (Brasil, 1913, p.22). Sobre o índice de malária em Sena Madureira, a comissão apontou que era “incomparavelmente menor do que o observado nas cidades do Acre e do Purus” (p.30). Sena Madureira, assim, emerge no relatório como espaço propício ao seu “embelezamento e saneamento”, provavelmente em referência ao processo pelo qual cidades como Belém e Manaus passaram na virada do século XIX para o XX, e com um núcleo urbano com condições sanitárias e de conforto maior do que as que com ela disputava a capital de um futuro estado. Essas observações fortaleciam os argumentos das elites iacoaras de Sena Madureira como a cidade mais salubre da região.

Na versão final do relatório, há a menção a um “clínico estudioso” que realizava a assistência médica no departamento do Alto Purus. Na versão manuscrita, a comissão o indica nominalmente: “Dr. Astolpho Margarido” (Chagas, Leão, Pedroso, s.d.). Sobre a recepção que teve do governo do Purus, os médicos descreveram que foram recebidos por Bernardo Porto e pelos membros do judiciário local, recebendo de todos “acolhimento excepcional, ouvindo aí as mais lisonjeiras referências à obra sanitária e científica do Diretor do Instituto Oswaldo Cruz” (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.).

Podemos especular que os discursos de louvor à obra do Instituto Oswaldo Cruz tiveram peso na empatia dos membros da comissão pelos representantes dos proprietários do rio Iaco. É importante destacar que a comissão não foi bem recebida em todos os lugares pelo qual passou. No seringal Sebastopol, no médio rio Purus, por exemplo, segundo a versão final, o gerente recusou-se a dar informações sobre o estado sanitário local, mas a versão manuscrita informa que essa mesma pessoa tratava-se de um “indivíduo de má conduta e péssimos bofes” (Chagas, Leão, Pedroso, s.d., s.p.). Nas outras localidades da bacia do rio Purus não há menções a boas recepções comparáveis ao que ocorreu em Rio Branco e Sena Madureira.

Observa-se também que a comissão, antes de chegar a Sena Madureira, passou por Boca do Caeté (distante mais ou menos uma hora de Sena Madureira), mas inexistente qualquer referência sobre esse pequeno povoado nas várias versões do relatório. Não há nem mesmo referências a seringais no rio Iaco entre a confluência do Purus e a cidade de Sena Madureira (na qual ficava exatamente o povoado de Boca do Caeté). Teriam eles decidido não desembarcar em Boca do Caeté? Por qual motivo? E, se desembarcaram, porque não há menção alguma a esse povoado? Independente do motivo, a ausência de referência a esse local no relatório beneficiou uma vez mais as elites do rio Iaco, pois Caeté

era o principal refúgio dos indivíduos que faziam oposição aos governos apoiados pelos seringalistas iacoaras.

Em fevereiro de 1913, Carlos Chagas já era um notório homem público e estava um pouco distante de ser um indivíduo ingênuo. Quais as possíveis consequências se Carlos Chagas deixasse grupos políticos periféricos de um território federal terem voz em um relatório que seria assinado por Oswaldo Cruz? O risco de conquistar a antipatia das oligarquias hegemônicas do território poderia ser grande, o que seria politicamente incômodo se, no curto e médio prazo, o Acre se transformasse em estado. Talvez essa condição de ordem macropolítica explique os fortes elogios destinados aos prefeitos dos departamentos do Acre e Purus no relatório. Sena Madureira, por ter um *status* informal de capital do território federal, mereceu as melhores palavras de elogio à sua estrutura física e aos seus administradores, mesmo que a comissão tenha permanecido ali apenas dois dias. Ou seja, Carlos Chagas optou por se colocar ao lado dos grupos que dominavam as prefeituras e o *statu quo*. Assim, na versão final do *Relatório sobre as condições médico-sanitárias do vale do Amazonas*, salta aos olhos a imagem de Sena Madureira como o mais salubre e confortável núcleo urbano do interior da bacia amazônica.

O relatório é explícito em citar um número “incomparavelmente menor” de doentes consultados em Sena Madureira. Eles também não viajaram pelo médio e alto rio Iaco, confiando totalmente nas “indicações muito precisas de um médico que percorreu todo o rio” – leia-se, as informações prestadas por Astolpho Margarido da Silva (Brasil, 1913, p.30). Os meses de janeiro, fevereiro e março eram de ápice das cheias dos rios, não havendo seringueiros nas colocações, o que era também um bom motivo para que a comissão não prosseguisse Iaco acima. Assim, com o esforço de seus representantes e a ajuda do regime de águas do rio, os seringalistas do Iaco conquistaram um importante aliado a atestar que existia vida civilizada no território do Acre, e essa civilidade tinha como epicentro a cidade de Sena Madureira.

Considerações finais

No Congresso Nacional, sempre que a pauta era a “autonomia do Acre”, os deputados debatiam se o território estava preparado ou não para se tornar estado. Estar preparado significava oferecer saúde pública, educação, vias de comunicação entre as cidades, urbanização, justiça, ordem pública e população fixada à terra. Tudo isso era resumido pelos próprios congressistas pela pergunta: “havia civilização no Acre suficiente para tornar-se estado?” Daí o esforço dos seringalistas do Iaco, e de outros rios do território do Acre, em ostentar símbolos de “civilização” nos seus departamentos.

A expedição do Instituto Oswaldo Cruz ao vale do rio Amazonas tinha a finalidade de mapear as condições de vida, as doenças que atingiam as populações e propor medidas de saneamento da região. Era uma das formas de incentivar a retomada da economia da borracha. Contudo, no território do Acre a chegada de Carlos Chagas foi encarada também como oportunidade política ímpar para os seringalistas do rio Iaco referendarem a imagem de Sena Madureira como capital saudável. O resultado foi a intensificação da luta política interna no Alto Purus pela conquista de uma narrativa que favorecesse tanto a

candidatura de Sena Madureira como futura capital do Acre, como também um dos grupos políticos envolvidos na disputa pelo poder no departamento. No Alto Acre, a situação envolveu principalmente a consolidação política dos seringalistas do rio Acre na máquina administrativa, na figura do prefeito e seringalista Deoclesiano de Souza.

Oswaldo Cruz, o revisor do manuscrito assinado por Carlos Chagas, Pacheco Leão e João Pedroso, percebeu os tênues limites entre o científico e o político no relatório. Fisicamente distante do denso emaranhado de tensões, lutas políticas e bajulações que permearam o ambiente da escrita da versão manuscrita do relatório, Cruz revisou a maioria das partes que explicitamente adotavam a versão de um ou outro grupo político local sobre os mais variados temas. Ainda assim, o relatório manteve vários traços das relações travadas entre os membros da expedição e as forças políticas locais, especialmente no rio Iaco. Por mais saneada que Sena Madureira fosse, os membros da comissão permaneceram apenas dois dias na localidade e dedicaram poucos parágrafos que chancelavam, por completo, a imagem construída pelas elites iacoaras. O *Relatório das Condições Médico-Sanitárias do Vale do Amazonas* era um trabalho científico, mas com raízes e profundas implicações políticas para as oligarquias fluviais hegemônicas do território do Acre.

NOTAS

¹ Para mais detalhes sobre a trajetória de Chagas, ver Kropf (2009, p.64-111).

² Essas ideias remontam a Montesquieu (1689-1755), que apontava para a apatia e degeneração moral dos habitantes de climas tropicais, e foi reforçada por Alexander von Humboldt (1769-1859), Carl Philipp von Martius (1794-1868), entre outros naturalistas no século XIX, que sublinhavam a influência do clima sobre o caráter das populações. Ver, por exemplo, Foucault (1984) e Kury (2001).

³ Sobre o Movimento Sanitarista da Primeira República, que resultou na criação da Liga Pró-saneamento do Brasil entre 1917 e 1919, ver Lima (1999) e Lima, Hochman (1996).

REFERÊNCIAS

ACREANOS!

Acreanos! *O Estado do Acre*, p.2. 11 mar. 1909.

ALTO JURUÁ.

Prefeitura do Alto Juruá. *Relatório primeiro semestre de 1906*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Felix Gaspar de Barros e Almeida, ministro da Justiça e Negócios Interiores pelo coronel do Corpo de Engenheiros Gregório Thaumaturgo de Azevedo, prefeito do Departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1906.

ALTO PURUS.

Prefeitura do Alto Juruá. *Primeiro relatório anual*: apresentado ao Exmo. Sr. Dr. José Joaquim Seabra, ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo bacharel em matemática, ciências físicas e naturais, engenheiro militar Cândido José Mariano, prefeito do departamento. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1906.

ATOS...

Atos oficiais. *O Alto Purus*, p.3. 2 mar. 1913.

ATOS...

Atos oficiais. *O Alto Purus*, p.2. 20 jan. 1913.

ATOS...

Atos oficiais. *O Alto Purus*, p.1. 8 dez. 1912.

ATOS...

Atos oficiais. *O Alto Purus*, p.1. 24 nov. 1912.

ATOS...

Atos oficiais: radiogramas recebidos. *O Alto Purus*, p.1. 15 set. 1912.

BENCHIMOL, Samuel.

Amazônia: um pouco-antes e além-depois. Manaus: Umberto Calderaro. 1977.

BRASIL.

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Superintendência de Defesa da Borracha. *Relatório*

sobre as condições médico-sanitárias do Vale do Amazonas apresentado a S. Ex^o o Sr. Dr. Pedro de Toledo, Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, pelo Dr. Oswaldo Gonçalves Cruz. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Commercio. 1913.

BRASIL.

Ministério da Agricultura Indústria e Comércio. *Relatório dos anos de 1910 e 1911 apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro Pedro de Toledo*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1912.

CARNEIRO, Daniel.

Carta a Carlos Chagas. Fundo Carlos Chagas, Série Cartas; CC.05.03.015 (Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Rio de Janeiro). 19 dez. 1913.

CASCUDO, Luís da Câmara.

História de Childerico José Fernandes. *A República*, p.2. 24 ago. 1939.

CAVALCANTI, Benigno de Almeida.

Eterno desprezo. *O Alto Purus*, p.3. 18 jul. 1915.

CHAGAS, Carlos; LEÃO, Pacheco; PEDROSO, João.

Manuscrito do relatório dos estudos realizados nos rios Purus, Acre e Iaco. Fundo Carlos Chagas, Série Relatórios; CC.05.03.012 (Casa de Oswaldo Cruz, Departamento de Arquivo e Documentação, Rio de Janeiro). s.d.

CHAVES, Avelino de Medeiros.

Fon-Fon, p.37-39. 1 jul. 1911.

COMISSÃO...

Comissão sanitária. *O Alto Purus*, p.2. 2 fev. 1913.

COMISSÃO...

Comissão sanitária. *O Alto Purus*, p.1-2. 20 jan. 1913.

COSTA, Francisco Pereira.

Seringueiros, patrões e justiça no Acre federal, 1904-1918. Rio Branco: Edufac. 2005.

DEAN, Warren.

A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Nobel. 1989.

FOUCAULT, Michel.

História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal. 1984.

GETÚLIO, Gabriel.

Diretoria de Higiene. *O Alto Purus*, p.4. 20 jan. 1913.

INFORMAÇÕES.

Informações. *Estado do Pará*, p.1. 20 jun. 1911.

KROPF, Simone Petraglia.

Doença de Chagas, doença do Brasil: ciência, saúde

e nação, 1909-1962. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2009.

KURY, Lorelai.

Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. *História, Ciências e Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.8, supl., p.863-880. 2001.

LIBANIO, Samuel; LIBANIO, Cândido.

Diretoria de Higiene: relatório apresentado pelo diretor de higiene ao Exm. Sr. Dr. Prefeito do Departamento. In: Prefeitura do Alto Purus. *Relatório apresentado ao Exm. Sr. dr. Augusto Tavares de Lyra, DD. Ministro da Justiça e Negócios Interiores, pelo prefeito do Departamento Dr. Cândido José Mariano concernente ao ano de 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1909.

LIMA, Nísia Trindade.

Um sertão chamado Brasil: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan; Iuperj; Ucam. 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto.

Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: Maio, Marcos Chor; Santos, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. p.23-40. 1996.

LOUREIRO, Antônio José Souto.

O Brasil acreano. Manaus: Gráfica Lorena. 2004.

LOUREIRO, Antônio José Souto.

Gazeta do Purus: cenas de uma epocha (Senna Madureira, 1918/1924). Manaus: Imprensa Oficial. 1981.

MARTINELLO, Pedro.

A batalha da borracha na Segunda Guerra Mundial. Rio Branco: Edufac. 2004.

O ACRE...

O Acre e seu futuro. *O Alto Purus*, p.1. 1 mar. 1908.

PAZ...

Paz no departamento do Alto Purus. *O Alto Purus*, p.1. 24 nov. 1912.

RANZI, Cleusa Maria Damo.

Raízes do Acre. Rio Branco: Edufac. 2008.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar.

Ciência, Nação e região: as doenças tropicais e o saneamento no estado do Amazonas, 1890-1930. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz. 2011.

SCHWEICKARDT, Julio Cesar; LIMA, Nísia Trindade.

Os cientistas brasileiros visitam a Amazônia: as viagens científicas de Oswaldo Cruz e Carlos Chagas (1910-1913). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.14, suplemento, p.15-50. 2007.

SOUZA, Sérgio Roberto Gomes de.
Dernervados, desfibrados e amarelos em busca de cura: saúde pública no Acre Territorial. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2014.

STEPAN, Nancy.
“The only serious terror in these regions”:
malária control in the Brazilian Amazon. In:
Armus, Diego (Org.). *Disease in the history of
modern Latin America: from malária to aids*.
Durham: Duke University Press. p.125-150.
2003.

TELEGRAMAS.
O Paiz, p.4. 9 jun. 1912.

TERRITÓRIO DO ACRE.
*Relatório apresentado ao exmo. Sr. Ministro da
Justiça e Negócios Interiores pelo Governador Dr.
Epaminondas Jacome*: julho de 1922. Rio de
Janeiro: Editora “O Norte”. 1922.

THIELEN, Eduardo Vilela et al.
*A ciência a caminho da roça: imagens das
expedições científicas do Instituto Oswaldo*

Cruz ao interior do Brasil entre 1911 e 1913. Rio
de Janeiro: Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz. 1991.

TOCANTINS, Leandro.
Formação histórica do Acre. v.2. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira. 1979.

TOCANTINS, Leandro.
*O rio comanda a vida: uma interpretação da
Amazônia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
1961.

VIDAL, Laurent.
Capitais sonhadas, capitais abandonadas:
considerações sobre a mobilidade das capitais
nas Américas, séculos XVIII-XX. *História*, v.30,
n.1, p.3-36. 2011.

VITAL, André Vasques.
*Política e saúde pública no cativo dos rios: a
integração nacional do Território Federal do
Acre (Alto Purus, 1904-1920)*. Tese (Doutorado
em História das Ciências e da Saúde) – Casa de
Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro. 2016.

